



Exmo. Senhor

Presidente da Comissão Parlamentar de
Economia, Inovação, Obras Públicas e
Habitação

Deputado António Topa

São Bento, 12 de abril de 2021.

Assunto: *Audição, com caráter de urgência, da Federação de Sindicatos dos Transportes e das Comunicações, do Presidente da Autoridade da Mobilidade e dos Transportes, João Carvalho, do Presidente do Instituto da Mobilidade e dos Transportes, Eduardo Feio, da Presidente da Autoridade para as Condições do Trabalho, Luísa Guimarães, e do Secretário de Estado da Mobilidade, Eduardo Pinheiro, a propósito da falta de fiscalização da Lei nº45/2018.*

É hoje evidente que a Lei nº45/2018 (mais conhecida por Lei da Uber), em vigor desde 1 de novembro de 2018, veio legitimar o modelo de negócio das plataformas eletrónicas, assente numa lógica de desresponsabilização em matéria laboral, proteção social e segurança dos motoristas.

É por isso que o Bloco de Esquerda apresentou, em 2017, uma proposta ([Projeto de Lei Nº 450/XIII/2.ª](#)) que visasse um novo modelo regulatório para o transporte individual de passageiros. Também no âmbito das negociações do Orçamento de Estado de 2021 propôs que a inscrição de um motorista numa plataforma correspondesse a uma celebração de um contrato escrito, condicionando a licença de operação da plataforma ao cumprimento desta obrigação. Estes avanços não foram possíveis concretizar.

As plataformas continuam, assim, a estabelecer as condições da atividade de forma unilateral. O caso mais recente, aplicado pela Uber no dia 29 de outubro de 2020 e depois replicado pela Bolt, veio impor uma tarifa dinâmica que permite aos motoristas alterarem o preço das viagens. Esta medida faz parte da estratégia das plataformas

eletrónicas de atomização dos trabalhadores e de incentivo à competição pelo salário mais baixo, minando, assim, a sua capacidade de organização coletiva.

Em reação, uma greve de motoristas de TVDE em novembro de 2020, veio dar força à constituição de um grupo de trabalho sobre o sector dentro do STRUP - Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários e Urbanos de Portugal, sindicato afeto à FECTRANS - Federação de Sindicatos dos Transportes e das Comunicações, que posteriormente veio a apresentar um caderno reivindicativo ao Governo e aos Grupos Parlamentares.

As propostas em cima da mesa incluem um conjunto de aspetos relevantes que se prendem com o incumprimento sistemático da própria lei, por força da falta de fiscalização das entidades competentes. Como consequência, o sector encontra-se em grandes dificuldades, pois estão ausentes os critérios que permitem o desempenho da atividade com padrões mínimos de dignidade.

O Bloco de Esquerda procurou, primeiro em novembro de 2020 ([Pergunta 578/XIV/2](#)) e novamente em fevereiro de 2021 ([Pergunta 1367/XIV/2](#)), obter o devido esclarecimento sobre a descida unilateral das tarifas, ao qual o Governo remeteu para o processo de avaliação da Lei da Uber levado a cabo pelo Instituto da Mobilidade e dos Transportes (IMT) e pela Autoridade da Mobilidade e dos Transportes (AMT).

Esta avaliação, embora necessária e importante, vem atrasada pela pandemia e há matérias que devem ser esclarecidas o quanto antes. Porque a falta de fiscalização tem permitido um contexto profissional de grande instabilidade, comprometendo a sustentabilidade e segurança do sector.

É por isso premente que este tema seja debatido e que a revisão da Lei da Uber contemple, desta vez, uma resposta às justas reivindicações dos trabalhadores.

Assim, face ao exposto, e ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda requer a audição, com carácter de urgência, da Federação de Sindicatos dos Transportes e das Comunicações, do Presidente da Autoridade da Mobilidade e dos Transportes, João Carvalho, do Presidente do Instituto da Mobilidade e dos Transportes, Eduardo Feio, da Presidente da Autoridade para as Condições do

Trabalho, Luísa Guimarães, e do Secretário de Estado da Mobilidade, Eduardo Pinheiro, a propósito da falta de fiscalização da Lei nº45/2018.

A Deputada do Bloco de Esquerda,

Isabel Pires